

Ajuda Memória – Acompanhamento Progestão nº 5/2018/COAPP/SAS
Documento nº 00000.010725/2018-43

Em 26 de fevereiro de 2018.

Assunto: 6º Evento de Planejamento e Acompanhamento do Progestão no Amapá
Nº do Processo Progestão: 02501.001914/2014-86
Evento: <input type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input checked="" type="checkbox"/> Videoconferência
Local: Sala de videoconferência da SAS – Brasília/DF
Data: 22/12/2017
Participantes: Técnicos da SEMA, IMAP, IEPA e Defesa Civil Estadual.

Relato

1. O 6º evento de planejamento e acompanhamento do cumprimento de metas do Progestão no Amapá teve como principal objetivo discutir as dificuldades enfrentadas e as estratégias para implementação das diretrizes citadas no Informe nº 04, de 3 de março de 2017, visando ao alcance das metas de cooperação federativa, bem como no Informe nº 5, também de 3 de março de 2017, contendo as orientações para o cumprimento das metas de gerenciamento de recursos hídricos de domínio do estado pactuadas no âmbito do Progestão.
2. Durante a videoconferência foram discutidas as atividades a serem realizadas para atingimento das referidas metas no ano de 2017, além de identificar os responsáveis pela sua execução.
3. A videoconferência ocorreu na sala de videoconferência da SAS, em Brasília/DF, e transcorreu com alguma dificuldade devido a problemas de conexão de internet pela SEMA/AP. Participaram da reunião técnicos da SEMA, IMAP, IEPA e Defesa Civil. Inicialmente, foram analisadas as metas de cooperação federativa e, posteriormente, as metas estaduais que representam os maiores desafios para o Amapá.

Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

4. *Meta de cooperação federativa I.1 – Integração de dados de usuários de recursos hídricos:* foi publicada a resolução de outorga e emitida a primeira Portaria de Outorga do estado, a favor da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA), no dia 22 de dezembro de 2018, possibilitando ao estado o atingimento dessa meta.
5. *Meta de cooperação federativa I.2 – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas:* o estado pactuou com a COSUB/SIP a regulamentação da outorga de águas subterrâneas e, assim como na meta I.1, entende-se que a publicação do regulamento de outorga amapaense cumpre a meta estabelecida entre as partes.
6. *Meta de cooperação federativa I.3 – Contribuição para difusão do conhecimento:* o estado do Amapá, até a data limite para fechamento de informações para o Relatório de Conjuntura, ainda não emitia outorgas, tampouco realizava monitoramento de qualidade de água e nem possui planos de recursos hídricos (nem estadual, nem de bacias). Dessa forma, o estado encaminhou Ofício para a SPR/ANA informando que ainda não dispõe de informações para agregar ao Relatório de Conjuntura. No próximo ano, como já foi iniciada a emissão de outorgas, o Amapá passará a contribuir com informações para o Conjuntura.

7. *Meta de cooperação federativa 1.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos:* atualmente, segundo informado, quatro técnicos são responsáveis pela manutenção corretiva das estações que compõem a rede de alerta do estado. No entanto, como estes técnicos pertencem a órgãos distintos da SEMA (IEPA e Defesa Civil), muitas vezes são priorizadas ações destes órgãos em detrimento do trabalho de acompanhamento do funcionamento da rede. Nesse sentido, faz-se necessária uma devida articulação entre SEMA e IEPA para maiores esclarecimentos sobre a importância da manutenção da rede tendo em vista o adequado funcionamento da sala de situação do estado. Foi relatada também a falta de peças e equipamentos para reposição, bem como a recorrente prática de vandalismo nas PCDs. Sendo assim, o estado vem mantendo índices mensais de transmissão de dados abaixo da média de 80% pactuada, conforme pode ser verificado na planilha anexa do Gestor PCD da ANA. Com relação aos boletins da sala de situação, estes vêm sendo publicados diariamente, embora o acesso se dê somente pela página do IEPA na internet.

8. *Meta de cooperação federativa 1.5 – Atuação para segurança de barragens:* segundo informado, o estado do Amapá deverá cadastrar uma barragem de mineração e vão notificar e classificar a única barragem de uso múltiplo identificada, até o momento, pelo estado. Existem mais três ou quatro barragens (piscicultura/recreação) que talvez sejam passíveis de cadastramento, classificação e inclusão no Relatório de Segurança de Barragens.

9. Quanto às metas de gerenciamento em âmbito estadual, das 23 variáveis constantes do Quadro de Metas, o Amapá identificou desafio em 12 destas, com destaque para as variáveis 1.4, 2.2 e 4.1 (Arcabouço legal, Divisão hidrográfica e Outorga de direito de uso, respectivamente), que são de cumprimento obrigatório. Para o atingimento destas, o estado regulamentou a concessão da outorga (principal instrumento de regulação das águas ainda não regulamentado dentro do arcabouço legal amapaense) e deve aprovar, na 1ª reunião de 2018 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), a proposta da divisão hidrográfica.

10. Anexo, estão, em detalhe, as planilhas com as atividades propostas para o 3º período de certificação do estado do Amapá no âmbito do Progestão.

Conclusões

11. A videoconferência atendeu plenamente aos objetivos de acompanhar o planejamento das atividades para a certificação do Progestão no ano de 2017, com expectativas de atingimento das metas de cooperação federativa e das metas de gerenciamento em âmbito do estado do Amapá de atendimento obrigatório.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
FLÁVIA SIMÕES FERREIRA RODRIGUES
Gestora do Contrato nº 076/ANA/2015
Portaria ANA nº 141, de 30 de março de 2016

Ciente. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenadora da Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente. Para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Relatório PROGESTÃO Anual.

Lista: AMAPÁ | Período: 2017.

Fonte: SGH/ANA. Data da Consulta: 22/02/2018 18:19.

Código	Nome	Tp	Ori	St.Est.	Marca	Sens	Tran	Uf	Dt.Inst.	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	
30080000	CAPIVARA	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	AP	abr/01	30	39	55	49	49	100	100	100	100	100	98	0	
8151002	CAPIVARA	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	AP	abr/01	30	39	56	50	49	100	100	100	100	100	98	0	
30050000	ESTIRÃO DO CRICOU	(F)	PS	Ativo	VA-3	NI-1,7,3; VA-S	SA	AP	dez/03	100	100	100	100	100	89	100	12	0	0	0	0	
8351006	ESTIRÃO DO CRICOU	(P)	PS	Ativo	VA-3	PR-1	SA	AP	dez/03	100	100	99	100	100	89	100	12	0	0	0	0	
0	LARANJAL DO JARI MONTANTE	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-N		AP	mai/14	0	0	9	9	1	0	0	40	99	100	67	0	
452002	LARANJAL DO JARI MONTANTE	(P)	PS	Ativo		PR-1		AP	mai/14	100	48	18	9	1	0	0	40	100	100	89	42	
19500000	MACAPÁ	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	AP	mai/03	0	0	0	0	0	0	35	90	85	100	100	100	
8051017	MACAPÁ	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	AP	mai/03	100	100	100	100	100	100	97	90	100	99	100	100	
30055000	PONTE CASSIPORE	(F)	PS	Ativo		NI-7; VA-S		AP	out/14	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8251004	PONTE CASSIPORE	(P)	PS	Ativo		PR-1		AP	out/14	40	6	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
30300000	SERRA DO NAVIO	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	AP	abr/97	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
8052000	SERRA DO NAVIO	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	AP	abr/97	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
MÉDIAS:										59	53	54	51	50	57	61	57	65	67	63	37	56,2

Origem: AE - ana/inpe | AM - ana/sivam | SO - setor elétrico | CE - cotaonline | PS - projetos_especiais .

Marca: VA - VAISALA (1: MAW-55; 2: MAW-55M; 3: 555) | CA - CAMPBELL (6: CR-800; 7: CR-1000) | HO - HIDROMECC/OTT (4: GP; 5: GO) | RM - RMQA_GPRS (8: RMQA_GPRS) | CO - COTAONLINE (9: COTAONLINE).

Sensor: PR - Precipitacao: (1: Báscula; 2: Não Especificado).

Sensor: NI - Nível: (1: Encoder; 2: Pressão; 3: Display; 4: Ultrassônico; 5: Radar; 6: Res. 3; 7: Não Especificado).

Sensor: VA - Vazão: (S: Sim; N: Não).

Transmissão: SA - SCD/ARGOS | GO - GOES | GP - GPRS | RM - RMQA.

Maior que 90% **Entre 80% e 90%** **Menor que 80%** **Estação não Instalada ou Desativada**

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA – SGH
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META/Variável	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/AP	Instituição responsável no Estado	Situação da Meta 2015	Situação da Meta 2016	Ações propostas para garantir o cumprimento da meta	Situação da Meta 2017
I.1	Integração das bases cadastrais / Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel Scalla e Maurício Pontes/SFI	Cleane/Allan	IMAP	Técnicos do Amapá junto com o Secretário visitaram o estado do Acre para fins de conhecer os normativos e procedimentos de outorga adotados pelo IMAC/AC, com características semelhantes ao Amapá. Regulamentos dos estados do Amazonas e do Mato Grosso também foram consultados para servir de referência para os regulamentos a serem implementados.	Ainda não foram cadastrados os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário das sedes municipais, mas há a previsão de fazê-lo ainda em 2016. Foi realizada visita ao Acre para conhecimento dos normativos de outorga do estado. Dos 16 municípios do estado foram cadastrados 14, sendo que nos 2 faltantes a captação é em corpo hídrico de domínio federal. Dessa forma, a meta referente a 2016 foi certificada em 100%.	Propor e aprovar junto ao CERH normativos com critérios para concessão e dispensa de outorga no estado e compartilhar pelo menos uma outorga no CNARH até dezembro OU cadastrar as indústrias de médio porte (acima de 50 empregados) existentes no estado que possuam interferências (captações e/ou lançamentos) em corpos hídricos de domínio estadual. Até 31/01/2018.	Constituído Grupo de Trabalho (IMAP/SEMA) para elaborar proposta de normativos para outorga do uso de recursos hídricos no estado. Aprovada a regulamentação junto ao CERH em 31/12/2017. Inserido no CNARH 40 os dados de outorga emitida para a CAESA em janeiro de 2018.
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas / Informações disponibilizadas para o SNIRH	Fernando Oliveira/SIP	Cleane/Allan	IMAP	Técnicos do Amapá junto com o Secretário visitaram o estado do Acre para fins de conhecer os normativos e procedimentos de outorga adotados pelo IMAC/AC, com características semelhantes ao Amapá. Regulamentos dos estados do Amazonas e do Mato Grosso também foram consultados para servir de referência para os regulamentos a serem implementados.	O questionário respondido foi encaminhado à ANA em dezembro de 2015. Em 2016 as atualizações das informações referentes à SEMA/AP já foram providenciadas, restando apenas coletar as informações atualizadas sob responsabilidade do IMAP.	Propor e aprovar junto ao CERH normativos com critérios para concessão e dispensa de outorga de água subterrânea no estado e compartilhar pelo menos uma outorga no CNARH até dezembro.	O questionário enviado foi considerado satisfatório pela Cosub e o estado atingiu 100% desta meta em 2016. Aprovados os normativos de outorga de águas subterrâneas junto ao CERH. Inseridos no CNARH 40 os dados de poços outorgados para a CAESA.
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento / Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima e Laura / SPR	Juliana	SEMA/IMAP	Inicialmente não havia no estado informações a serem disponibilizadas para o Conjuntura (não havia outorga, não há plano estadual nem de bacias hidrográficas e não era realizado monitoramento da qualidade de água).	As informações foram repassadas à ANA por e-mail e por ofício. Esta meta foi considerada atendida pela SPR em 2016.	Disponibilizar informações pertinentes até outubro de cada ano.	Enviado Ofício nº 913/2017/GAB/SEMA por e-mail, erroneamente para o Maurrem no dia 14/11/2017 e reencaminhado no dia 16/11 para Alex, Gaetan, Laura, Fátima e Ludmila. Enviado por sedex para a ANA. A previsão é que seja assinado o ACT do Qualiáqua ainda em julho de 2017.
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos / Sala de Situação e manutenção corretiva da rede telemétrica de alerta	Alessandra Couri/SOE e Fabricio/SGH	Jefferson/ Gilvan/ Franklin	IEPA e Defesa Civil	A sala de situação conta com um veículo e a CPRM/Belém dá apoio na manutenção preventiva das estações telemétricas. A sala está com dificuldades para obtenção de recursos para manutenção corretiva (compra de equipamentos de reposição, combustível, diárias). Foi solicitado verificar, junto à ANA, a previsão de envio adicional de um barco e mais um carro tendo em vista a previsão de instalação de mais 5 estações este ano. A operação da sala de situação no estado é feita em parceria com a Defesa Civil.	O manual da sala de situação está em processo de aprimoramento, com a inserção das questões críticas específicas do Amapá e há previsão de iniciar, a partir de dezembro de 2016, a inserção na página do IEPA dos boletins hidrometeorológicos, com acesso também via celular. O TCT entre SEMA, IEPA e Defesa Civil para operação da sala de situação ainda vigora. Com relação às estações da rede de alerta, a ANA enviou 4 novos equipamentos, sendo que 2 substituíram estações que haviam sido furtadas (Cativara e Serra do Navio) e um foi instalado em Macapá (que persiste com problemas). Um equipamento ficará como reserva para eventual substituição de outras estações. O Manual da Sala de Situação foi certificado em 40%. A SOE considerou que informações essenciais, como bacias prioritárias, estações componentes da rede de alerta e critérios para avaliação de rios e reservatórios no Estado, não foram mencionados no Manual.	Realizar as manutenções corretivas nas estações de modo a garantir o índice de transmissão da meta. Inserir dados de monitoramento hidrológico nos boletins que já são emitidos pela sala de situação e consolidar a rotina de envio das informações aos órgãos pertinentes (Defesa Civil, ANA, CENAD e CEMADEN). Os boletins devem ser disponibilizados na página da internet da SEMA (IEPA já tem link). Encaminhar a lista das instituições que recebem os boletins.	De acordo com o gestor PCD, o estado dispõe de 6 estações: Capivara, Estirão do Cricou, Laranjal do Jari Montante, Macapá, Ponte Cassipore e Serra do Navio. O IEPA encaminhou à SEMA um ofício com o cronograma das viagens para as manutenções nas estações e solicitou apoio na liberação de recursos para combustível, bem como para aquisição das baterias das PCDs, mas não obteve sucesso. Os boletins hidrológicos são atualizados diariamente e enviados aos órgãos competentes, meios de comunicação do Estado, órgãos municipais e pessoas de interesse institucional. Algumas das instituições que recebem diariamente os boletins são: AMCEL, CEDEC-AP, Amapá News, EDPBR, Jornal do Dia, Comunicação do Estado, IEF, ANA, Prefeituras Municipais de Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande, Rádio UNIFAP, SBT Amapá, e outros. Em todos os meses de 2017 não foi atingido o ITD mínimo de 80% da meta (média igual a 56%).

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META/Variável	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/AP	Instituição responsável no Estado	Situação da Meta 2015	Situação da Meta 2016	Ações propostas para garantir o cumprimento da meta	Situação da Meta 2017
I.5	Atuação para segurança de barragens / Cadastro, classificação e regulamentação da política de barragens no estado	Fernanda Laus/SRE	Alcindo/Alan/Denis	SEMA e IMAP	Segundo inicialmente informado, o estado não apresenta barragens de piscicultura passíveis de cadastramento (somente tanques escavados de pequeno porte). As barragens existentes são de mineração ou de geração de energia hidroelétrica.	A princípio o estado não tem barragens enquadradas na Lei nº12.334/2010.	Levantar informações sobre a usina de Capivara (se é PCH ou CGH) para verificar se é passível de ser enquadrada na Lei 12.334/2010. Verificar a existência de barragens para fins de piscicultura. As barragens levantadas deverão ser cadastradas e classificadas.	O IMAP considera que deve haver gestão do órgão com relação à barragem de mineração identificada no estado. Foram realizadas buscas a barragens no estado do Amapá baseadas em imagens satélites. Foi constatada algumas de diversas finalidades (recreação, abastecimento, piscicultura, etc.), sendo que 3 delas foram cadastradas no SNISB até o dia 31/12/2017. Outras serão cadastradas ao longo de 2018. O IMAP irá notificar alguns empreendedores quanto às suas barragens para providências futuras. Previsto continuidade nas vistorias baseadas em imagens satélites para posterior constatação in loco. Ressalta-se que, quanto à Usina de Capivara, verificou-se que não existe tal empreendimento de geração de energia e não houve quaisquer outras constatações no local.

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão em 2017: Oficina de 5 de julho e Videoconferência de 21 de dezembro

ESTADO: AMAPÁ ENTIDADE ESTADUAL: SEMA TIPOLOGIA: A ANO 3: 2017 7 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Auto-avaliação 2016	DESAFIO?	Formulário de Autoavaliação 2016	AÇÕES PROPOSTAS	Principais aspectos identificados até 2017	Responsáveis
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	1.1	<u>Organização institucional do modelo de gestão</u>	B	20	2	3	3	NÃO	O Núcleo da Agenda Azul é o setor da SEMA/AP responsável pela coordenação das ações do Poder Executivo Estadual inerentes à implementação da política estadual de recursos hídricos (Lei estadual nº 686/2002). Em função do cumprimento das metas contratuais do Progestão, além de outros programas como o PNOA/Qualiáqua e a coordenação do desenvolvimento de ações conjuntas com a ANA, referentes à operação da sala de situação no Amapá, identificou-se a necessidade de se estruturar uma área específica de recursos hídricos na SEMA. Há previsões de mudança do setor para outro local, porém ainda nada definido. Assim, o Núcleo da Agenda Azul ainda não dispõe de espaço para o adequado funcionamento.	Refletir sobre a possibilidade de se estruturar uma área específica responsável pela política de recursos hídricos na SEMA, tendo em vista o Progestão, o PNOA/Qualiáqua, o ACT da Sala de Situação e demais programas da ANA e de outras entidades que repassam recursos/equipamentos para o estado. Articular com o CERH apoio a esta mudança. Também seria salutar ter uma área específica de recursos hídricos no IMAP para tratar sobretudo da outorga e consequente atividades de fiscalização.	As instituições responsáveis pela implementação da política de recursos hídricos no estado compreendem o Núcleo da Agenda Azul da SEMA, o CERH e o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), além do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (IEPA) que, em conjunto com a Defesa Civil, apoia a operação da Sala de Situação. Há estudo da FGV que indica a necessidade de haver uma área específica responsável por recursos hídricos na SEMA.	Gabinete
	1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/Gestor</u>	B		2	4	4	NÃO	Há a necessidade de contratação de estagiários visando apoiar ações previstas ao alcance das metas estabelecidas no âmbito do Progestão. A demanda foi remetida ao Gabinete/SEMA e o processo encontra-se em tramitação.	Necessidade de contratação de bolsistas e estagiários para apoiar o cumprimento de metas do Progestão, bem como de definição clara dos responsáveis pelas metas.	O Núcleo da Agenda Azul e a Secretaria Executiva do CERH contam com 5 servidores (Benedito, Edilene, Odiléia, Juliana e Alcindo). O IMAP dispõe de 2 técnicos (Cleane e Allan), enquanto no IEPA os servidores Ângelo e Daniel, juntamente com Marlon e demais da Defesa Civil, são responsáveis pela Sala de Situação. Registra-se que o Secretário Marcelo Creão é também integrante do quadro permanente da SEMA. Mesmo com esse efetivo, há um déficit de pessoal para as atividades que a Agenda Azul deverá passar a assumir.	Gabinete
	1.4	<u>Arcabouço legal</u>	B		3	3	2	SIM	Esta meta exige muitos desafios para o estado do Amapá, pois vários instrumentos de gestão da política estadual precisam ser regulamentados. No período de 05 a 08/03/2017 foi realizada visita técnica à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre - SEMA/AC e Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC visando o intercâmbio de informações sobre a gestão de recursos hídricos. O objetivo foi conhecer os procedimentos adotados no estado do Acre quanto à regulamentação de normativos relativos aos instrumentos de gestão da água e a operacionalização da concessão e dispensa da outorga de direito de uso dos recursos hídricos no estado.	Vários instrumentos de gestão de recursos hídricos necessitam ser regulamentados. Priorizar a regulamentação, por meio de portarias e outros instrumentos legais, dos critérios de concessão e dispensa de outorga no estado. Necessidade de revisar o normativo de composição e funcionamento do CERH.	Normativos de outorga e de dispensa aprovados através das Resoluções nº 08 e 09, publicadas no Diário Oficial do Estado do Amapá, nº 6543, de 16 de outubro de 2017. Segundo a página da SEMA, o CERH realizou dia 20/02/2018 uma reunião plenária ordinária para revisar o Decreto nº 4509/2009, que regulamenta o Conselho, criado pela Lei 0686/2002, e seu regimento interno, com a intenção de aprimorar as reuniões e fortalecer a composição do colegiado.	IMAP (outorga), Benedito/Edilene (CERH)
	1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos</u>	B		3	3	3	NÃO	O conselho ainda funciona em condições precárias. O regimento interno do CERH deverá ser revisado, pois há a necessidade de reestruturação do CERH, tendo em vista uma melhor representatividade dos segmentos que compõem o conselho (poder público, usuários e sociedade civil). O site oficial da SEMA apresenta um link sobre as informações pertinentes ao conselho.	Discutir a reestruturação do CERH, com proposta de nova composição tendo em vista uma melhor distribuição entre os segmentos do poder público, usuários e sociedade civil. Também foi recomendado que o segmento do poder público, integrante do Conselho, não seja composto por funcionários da SEMA uma vez que estes devem estar disponíveis para subsidiar as decisões dos conselheiros. Alimentar a página do CERH com informações específicas das reuniões e decisões do Conselho (deliberações, composição, regimento interno, etc.)	A atual representação no CERH/AP apresenta algumas discrepâncias, além de baixa representatividade de alguns segmentos (usuários, por exemplo). Foi elaborado Plano de Trabalho para revisão do Regimento Interno do CERH, cujo cronograma de estudos e alteração será executado nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018. As atas das reuniões do CERH foram encaminhadas ao gabinete da SEMA para posterior publicação.	Benedito/Edilene
	1.8	Comunicação social e difusão	I		2	3	2	SIM	Atualmente existe um link com informações do Progestão no site oficial da Sema. No entanto, temos dificuldades nas atualizações da página da Sema, pois o Centro de Gestão da Tecnologia da Informação do Governo do estado (PRODAP) centraliza as atualizações e modificações nos sites governamentais.	Aperfeiçoar a página da internet da Agenda Azul da SEMA com informações mais detalhadas da política de recursos hídricos.	As iniciativas de comunicação integram as ações da assessoria do governo estadual. Há um link na página da SEMA para o Progestão.	Patrick

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão em 2017: Oficina de 5 de julho e Videoconferência de 21 de dezembro

ESTADO: AMAPÁ	ENTIDADE ESTADUAL: SEMA	TIPOLOGIA: A	ANO 3: 2017	7 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS
---------------	-------------------------	--------------	-------------	--------------------------

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Auto-avaliação 2016	DESAFIO?	Formulário de Autoavaliação 2016	AÇÕES PROPOSTAS	Principais aspectos identificados até 2017	Responsáveis
	1.9	Capacitação setorial	B		2	3	1	SIM	A partir das informações obtidas na IV Oficina do Projeto DesenvolveRH, promovida pela ANA nos dias 1 e 2/12/2016 em Brasília, está sendo desenvolvido o Plano de Ação de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos do Amapá. A conclusão do Plano está prevista para 2017.	Elaborar e implementar o plano de capacitação, em consonância com as diretrizes repassadas pelo DesenvolveRH disponibilizadas pela ANA.	O estado não conta com um plano de capacitação em ações de recursos hídricos.	Odileia/Danilo
	1.10	Articulação com setores usuários e transversais	A		2	2	2	NÃO	O IMAP realizou cadastro de 29 sistemas públicos de abastecimento de água de sedes municipais atendidos por corpos hídricos de domínio estadual. Os dados foram inseridos diretamente na plataforma do CNARH40.	Efetivar parceria com a CAESA para procedimentos com vistas ao processo de regularização das captações superficiais e subterrâneas para abastecimento público das sedes municipais.	O principal setor usuário é o saneamento. O estado conta com 16 municípios abastecidos pela Companhia de Água e Esgoto do estado (CAESA). Foi estabelecida a parceria com a CAESA para a regularização dos pontos de captação.	IMAP/SEMA

São 4 variáveis de gestão LEGAIS com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4 e 1.5)

META II.2 - Variáveis de Planejamento	2.1	Balanço hídrico	B	15	2	2	1	SIM	Não há estudos específicos sobre disponibilidade hídrica no Amapá.	Aguardar o andamento da elaboração do PERH para ter alguma informação mais consolidada sobre balanço. Atualmente as bacias do Araguari e Jari são as únicas que apresentam mais informações.	Não há nenhum estudo específico sobre disponibilidade hídrica no estado, que também não conta com um Plano Estadual de Recursos Hídricos.	SEMA/IMAP
	2.2	Divisão hidrográfica	B		2	2	1	SIM	De acordo com a Coordenadoria de Geoprocessamento e Tecnologia da Informação (CGTIA/SEMA), já temos insumos da base cartográfica para executarmos a delimitação de algumas bacias hidrográficas do estado. Dessa forma, a SEMA solicitou à ANA apoio para capacitação da equipe técnica do Amapá que irá trabalhar na delimitação das bacias. Isto se torna necessário para posteriormente apresentarmos ao CERH uma proposta de divisão hidrográfica para o Amapá, em conformidade com a metodologia adotada pela ANA.	Efetivar a capacitação da ANA para técnico do CGTIA visando resultar em uma proposta de divisão hidrográfica com base em metodologia apropriada. A proposta não precisa ser aprovada pelo CERH/AP, mas é previsto que o Conselho aprecie essa proposta ainda em 2017.	Não há divisão hidrográfica formalizada no estado. O setor da SEMA responsável vem desenvolvendo os estudos de delimitação das bacias hidrográficas do estado em consonância com a SPR/ANA (Alexandre Amorim). Está previsto apresentação ao Conselho em março de 2018.	Patrick
	2.3	Planejamento estratégico institucional	I		2	2	2	NÃO	Conforme informações da Assessoria de Desenvolvimento Institucional da SEMA, existe um planejamento da gestão de recursos hídricos dentro do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPLAG), do Governo do estado do Amapá. Esse planejamento estratégico foi inserido na ação 2550 (gestão de recursos financeiros provenientes do FERH), no plano orçamentário, realizado de julho a agosto de 2015, e inserido no PPA (2016-2019). Atividades relacionadas do Progestão estão sendo planejadas para o período 2017-2018.	Discutir a planilha de atividades a serem desenvolvidas no estado no período 2017-2018 contendo uma estimativa de custos a ser aprovada pelo Secretário e apreciada pelo CERH/AP.	Os técnicos envolvidos com a Agenda Azul já estão discutindo um plano de trabalho para as atividades relacionadas com o Progestão em 2017-2018.	Gabinete/Juliana
	2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	I		2	4	1	SIM	Em fevereiro de 2017, a SEMA entrou em contato com o MMA, na tentativa de retomada de apoio do Ministério quanto à elaboração do PERH, tendo em vista que o projeto para elaboração do PERH/AP foi submetido ao Edital nº 01/2012 do FNMA, o qual naquele momento foi selecionado. Assim, a SEMA formalizou a solicitação de apoio do MMA através do Ofício nº 225/2017 - AA/CPNA/SEMA, encaminhado ao Secretário Executivo do MMA. Destarte, aguarda-se quais procedimentos deverão ser adotados.	Retomar os contatos com a SRHQ para tentar viabilizar a contratação e elaboração do PERH-AP com recursos do FNMA.	O estado não dispõe de um Plano Estadual de Recursos Hídricos. Contatos com a SRHQ para este propósito foram feitos.	SEMA/Alcindo e Danilo

Uma variável de gestão de PLANEJAMENTO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (2.2)

Alcance em pelo menos 2 variáveis de Planejamento

	3.1	Base cartográfica	B		2	2	2	NÃO	Está prevista para o ano de 2017 a homologação da Base Cartográfica Digital Contínua do estado do Amapá.	Concluir a base cartográfica, em processo de aperfeiçoamento, e obter a homologação pelo IBGE.	Está sendo finalizado mapeamento de todo estado em escalas de 1:2.000 até 1:50.000 e já existem 2 grupos de trabalho atuando neste tema. Previsão de entrega em abril de 2019. O Estado já detém grande parte das informações, sendo possível a criação de uma base cartográfica dos recursos hídricos, que está prevista para ser apresentada ao Conselho em março de 2018.	SEMA
--	-----	-------------------	---	--	---	---	---	-----	--	--	--	------

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão em 2017: Oficina de 5 de julho e Videoconferência de 21 de dezembro

ESTADO: AMAPÁ ENTIDADE ESTADUAL: SEMA TIPOLOGIA: A ANO 3: 2017 7 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Auto-avaliação 2016	DESAFIO?	Formulário de Autoavaliação 2016	AÇÕES PROPOSTAS	Principais aspectos identificados até 2017	Responsáveis
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	3.2	Cadastrros de usuários e infraestrutura	I	10	2	3	1	SIM	O Amapá não possui sistema próprio de informações sobre recursos hídricos. Assim, para o cumprimento da meta, o IMAP inseriu os dados de usuários de recursos hídricos diretamente na plataforma do CNARH 40. Foram realizados os cadastros de 29 sistemas públicos de abastecimento de água de 14 sedes municipais atendidos por corpos hídricos de domínio estadual.	Cadastrar uma atividade grande/médio porte usuária de água.	Realizado o cadastro dos sistemas de abastecimento público de 14 sedes municipais da CAESA.	IMAP
	3.3	Monitoramento hidrometeorológico	A		2	3	3	NÃO	No momento, a sala de situação do Amapá realiza o monitoramento de 6 PCDs, que integram a Rede de Alerta. Conforme planejamento de 2017, pretende-se ampliar para um total de 10 estações. Nos dias 30 e 31/03/2017 representantes do Amapá participaram da Oficina de Acompanhamento, Avaliação e Fortalecimento das Salas de Situação Estaduais promovida pela ANA.	Ampliar as PCDs da rede de alerta do estado e viabilizar despesas de custeio das manutenções corretivas destas estações com recursos do Progestão. Participar dos eventos de capacitação como os Seminários das Salas de Situação organizados anualmente pela ANA. Renovar ACT da SEMA com o IEPA (elaborar o Plano de Trabalho do ACT).	Está em articulação um acordo para o estado passar a operar as estações do Cemaden (entre 10 e 15 estações pluviométricas). Atualmente o estado recebe informações de 4 estações operadas pelo Inmet, além de outras 10 das UHEs existentes.	IEPA/Defesa Civil
	3.4	Monitoramento da qualidade de água	B		2	2	2	NÃO	Em novembro de 2016 ocorreu uma reunião entre IMAP e ANA sobre a adesão do Amapá ao Programa Qualiágua. O IMAP encaminhou ofício ao Gabinete do Governador para que o Governo do Estado manifeste interesse junto à ANA em aderir ao Programa. Até o momento aguarda-se manifestação do Governo do Amapá quanto à adesão.	Formalizar o ACT do Qualiágua para, posteriormente, assinar o contrato.	Não há monitoramento da qualidade da água no estado. O ACT do Qualiágua ainda não foi formalizado.	IMAP/Allan
	3.5	Sistema de informações	A		2	2	2	NÃO	Atualmente existe um link com informações do Progestão no site oficial da Sema. No entanto, temos dificuldades nas atualizações da página da Sema, pois o Centro de Gestão da Tecnologia da Informação do Governo do estado (PRODAP) centraliza as atualizações e modificações nos sites governamentais.	Aprimorar a página da Secretaria com informações específicas sobre recursos hídricos (leis, regulamentos, CERH, boletins de monitoramento, etc).	Deficiência de informações sobre recursos hídricos na página da Sema. Em implementação, junto aos órgãos parceiros, uma estratégia de repasse de informações para manter atualizada a página.	Patrick
	3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	A		2	2	2	NÃO	Não há programa de pesquisa na área de recursos hídricos viabilizadas pelo Amapá.	Avaliar se o nível 1 não é mais compatível com a realidade do estado.	Até o momento não há iniciativas de pesquisas em recursos hídricos por parte do estado.	IEPA/SEMA

Uma variável de gestão de INFORMAÇÃO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1)

Alcance em pelo menos uma variável de Informação e Suporte

META II.4 - Variáveis Operacionais	4.1	Outorga de direito de uso	B	5	2	2	1	SIM	Para o cumprimento dessa variável, foram consultadas as regulamentações referentes à outorga nos estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso do Sul. Os técnicos da SEMA/AP e IMAP realizaram em março de 2017, visita técnica à Secretaria de Meio Ambiente do Acre - SEMA/AC e Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, visando o intercâmbio de informações sobre a gestão de recursos hídricos, tendo em vista sua realidade e características, em consonância com ações objetivando conhecer os procedimentos adotados no Acre quanto à regulamentação de normativos relativos aos instrumentos de gestão da água e a operacionalização da concessão e dispensa de outorga. Há previsão de regulamentação da outorga no amapá até agosto de 2017.	Aprovar os normativos da outorga junto ao CERH até o final de agosto de 2017.	Outorga foi regulamentada através da Resolução CERH n° 008 de 28/08/2017. Em janeiro de 2018 foram inseridas no CNARH as outorga de direito de uso de recursos hídricos concedidas.	IMAP
	4.2	Fiscalização	B		3	3	1	SIM	No IMAP existe o Núcleo de Fiscalização de Recursos Hídricos, no entanto, como o estado não emite outorga, a fiscalização é realizada em função de processos de licenciamento ambiental ou denúncias.	Fiscalizar os usuários regularizados.	Não há fiscalização sistemática de uso de recursos hídricos, uma vez que não há outorga. A fiscalização ficará a cargo do IMAP.	IMAP
	4.4	Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão	I		2	2	1	SIM	Não há sustentabilidade financeira para o sistema estadual de recursos hídricos.	Prever a aplicação dos recursos transferidos ao estado (Progestão, Qualiágua), além do orçamento próprio.	Em 2016 foi repassado ao estado o montante de R\$ 5,8 milhões relativos à CFURH.	SEMA/IMAP/ IEPA

Eventos de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Progestão em 2017: Oficina de 5 de julho e Videoconferência de 21 de dezembro

ESTADO: AMAPÁ ENTIDADE ESTADUAL: SEMA TIPOLOGIA: A ANO 3: 2017 7 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Auto-avaliação 2016	DESAFIO?	Formulário de Autoavaliação 2016	AÇÕES PROPOSTAS	Principais aspectos identificados até 2017	Responsáveis
	4.6	Gestão e controle de eventos críticos	A		2	3	3	NÃO	O Manual da sala de Situação do Amapá foi enviado anexo ao Relatório Progestão em março de 2017. Os boletins emitidos pela Sala de Situação apresentam-se em conformidade com o Manual elaborado.	Emitir boletins hidrológicos diários pela sala de situação e disponibilizar no site da SEMA e do IEPA.	Já há procedimentos para mitigação de eventos extremos em parceria com a Defesa Civil, além de emissão de boletins meteorológicos.	IEPA
	4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	I		2	4	3	SIM	O FERH está operando somente com recursos financeiros do Progestão.	Discutir a destinação de um percentual da CFURH para o FERH junto ao Governo do Estado.	Somente os recursos do Progestão são destinados anualmente para o FERH.	SEMA
	4.8	Programas e Projetos Indutores	A		2	2	1	SIM	Não há ações previstas para a elaboração de programa ou projeto indutor para a gestão de recursos hídricos em âmbito estadual.		Não foi registrada nenhuma iniciativa de programa ou projeto indutor.	SEMA

Uma variável de gestão OPERACIONAL com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4.1)

Alcance em pelo menos uma variável Operacional

LEGENDA:

Arcabouço legal	Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação
Enquadramento	Avaliação facultativa
Fiscalização	Avaliação obrigatória e atendimento facultativo
SIM	Desafio entre a situação atual e a meta aprovada

AMAPÁ	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5
Metas Estaduais	2016	2017	2018	2019
META II.1 - Variáveis Legais, Inst. e de Art. Social	4	4	5	5
META II.2 - Variáveis de Planejamento	1	2	2	2
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	1	1	2	2
META II.4 - Variáveis Operacionais	1	1	1	2